



Pedro Franco/Agência Senado

Na pauta, projeto que beneficia doente de câncer

Será votado nesta semana pelo Plenário do Senado o projeto de lei que inclui os medicamentos de uso oral contra o câncer entre os itens de cobertura obrigatória dos planos de saúde. Atualmente, só são cobertas as drogas

utilizadas no hospital, e não em casa. Também estão na pauta projeto suspendendo os efeitos de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que muda o número de deputados federais por estado e oito propostas de emenda à Constituição. **2**



Senadores pedem que leilão do pré-sal seja cancelado

Roberto Requião, Raulo Rodrigues e Pedro Simon entraram com ação popular na Justiça Federal pedindo cancelamento do leilão para exploração do Campo de Libra marcado pelo governo federal para hoje. Sexta-feira, em Plenário, Requião afirmou que oferecer o petróleo do pré-sal a empresas privadas é crime de lesa-pátria e pediu aos internautas que denunciem o “entreguismo”, enquanto Raulo lembrou que o governo dos Estados Unidos espionou a Petrobras e pode ter acessado dados estratégicos. **3**

Especialista em segurança da informação fala amanhã à CPI da Espionagem **3**

Comissão de Assuntos Econômicos vota fim do teto de financiamento da casa própria **3**

Waldemir Barreto/Agência Senado



O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, fala aos índios cintas-largas no debate coordenado pelo senador Acir Gurgacz (C)

Índios cintas-largas cobram direito de explorar suas terras

Representantes dos índios cintas-largas de Rondônia e Mato Grosso reivindicaram em debate no Senado, na sexta-feira, o direito de comercializar produtos primários

extraídos de suas reservas. Também apontaram a pressão exercida pela presença de garimpeiros de diamantes nas terras e reclamaram da falta de assistência da Funai. **4**



Hotsite do Senado celebra 25 anos da Constituição

Site multimídia publicado pela Secretaria de Comunicação Social do Senado traz fotos e vídeos históricos, além de explicar de forma fácil os avanços conquistados com a Constituição de 1988. **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
EC 75 | PEC da Música



Um tributo aos artistas brasileiros

O Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 75, que estabelece imunidade de impostos para a produção de CDs e DVDs de artistas brasileiros. Com a mudança no tributo, o Congresso garante a redução dos custos de produção ao mesmo tempo em que amplia o combate à pirataria.

É o Congresso Nacional valorizando quem faz o Brasil cantar.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Secom | Criação e Marketing

Plenário vota projeto que beneficia doente de câncer

Está na pauta desta semana proposta que obriga plano de saúde a custear remédio de uso oral para o tratamento de tumor. Senado também votará texto que trata de número de deputados federais

A SEMANA COMEÇA com a pauta do Plenário destrancada após a votação, na semana passada, da Medida Provisória (MP) 621/2013, que criou o Programa Mais Médicos. Da ordem do dia da sessão de amanhã constam 20 itens.

Duas matérias tramitam em regime de urgência. Uma delas é o PDS 85/2013, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), que suspende os efeitos da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que mudou o número de deputados federais por estado.

Pelas regras em vigor, as 513 vagas da Câmara são distribuídas de acordo com a população dos estados em 1998. A Justiça Eleitoral redistribuiu as cadeiras levando em consideração dados mais atuais, do Censo de 2010. Nas mudanças feitas pelo tribunal, Pará, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Amazonas ganham deputados. Por outro lado, perdem deputados Paraíba, Piauí, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul.

Outro projeto prioritário, dentro das atividades do Outubro Rosa, movimento a



Com a pauta do Plenário destrancada, oito PECs também podem ser votadas

que se integrou o Congresso Nacional, é o substitutivo ao PLS 352/2011, que inclui tratamentos com remédios de uso oral contra o câncer entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde.

Segundo o projeto, de Ana Amélia (PP-RS), os planos devem cobrir despesas com medicamentos de uso oral e procedimentos radioterápicos e de hemoterapia, no tratamento domiciliar, desde que relacionados à continuidade da assistência hospitalar.

A senadora informou que, em 15 anos, 80% dos tratamentos oncológicos serão feitos na casa do paciente, com medicamentos de uso oral. Ela lembrou

que, atualmente, os planos de saúde só são obrigados a arcar com os custos ambulatoriais.

Devem ser votadas pelo Plenário oito propostas de emenda à Constituição que tratam de temas diversos. Nesta semana, deve avançar a discussão da PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000). A proposta, que torna obrigatória a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria uma fonte permanente de financiamento para a saúde, ainda precisa passar por mais três sessões de discussão em primeiro turno e três em segundo turno. A quinta discussão da PEC deve ocorrer na quinta-feira.

Cidadãos podem participar de discussão sobre meio ambiente

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) debate amanhã, às 8h30, "Meio ambiente, cidadania e a união das nações da América do Sul". A audiência foi solicitada pelo presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT). Cidadãos podem participar em todo o Brasil.

PARTICIPE AMANHÃ ÀS 8h30

- ▶ **Tempo real:**
<http://bit.ly/UniaoDasNacoes>
- ▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/CidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/@e_cidadania)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Comissão de Educação realiza terceiro debate sobre o PNE

O Plano Nacional de Educação será debatido amanhã na Comissão de Educação (CE). Será a terceira audiência pública sobre a proposta. O debate foi solicitado pelo senador Alvaro Dias, relator do PNE (PLC 103/2012) na comissão.

Foram convidados o especialista em educação Claudio de Moura Castro; a professora Cristina Helena Almeida; a presidente da Fundação Tide Setubal, Maria Alice Setubal; o presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Araujo; e o membro da Associação Brasileira de Avaliação Educacional José Francisco Soares.

Audiência vai analisar aposentadoria para servidor com deficiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai realizar audiência pública amanhã, às 11h, para debater a aposentadoria especial para o servidor público com deficiência, benefício previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 250/2005, de Paulo Paim (PT-RS).

Para o senador, é justa a definição de critérios diferentes para a aposentadoria do servidor com deficiência. Ele lembrou que o trabalhador da área privada já tem o direito. — As pessoas com deficiência merecem um tratamento adequado e mais sensibilidade — disse o parlamentar.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h Não há votação de projetos. A sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA SOS Municípios

11h30 O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa do evento SOS Municípios, em Natal.

EXECUÇÃO PENAL Atualização

14h Reunião de trabalho da comissão de juristas que discute tópicos sobre atualização da Lei de Execução Penal.

CÓDIGO COMERCIAL Juristas

14h Reunião da comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto do novo Código Comercial.

TERÇA

CMA União das nações

8h30 Debate sobre "Meio ambiente, cidadania e a união das nações da América do Sul". Foi convidado o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin.

CCT Cana-de-açúcar

9h Exame, entre outros, de projeto sobre cultivo sustentável da cana-de-açúcar no Cerrado situado na Amazônia Legal.

CAE Sociedades anônimas

10h Votação de projeto que torna obrigatório o relatório de sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas.

CE Plano nacional

10h Debate sobre o Plano Nacional de Educação.

CPI DA ESPIONAGEM Depoimentos

11h Audiência ouve o comandante Paulo Sergio Pagliusi e o ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro Marcelo Itagiba.

CAS Servidor com deficiência

11h Aposentadoria especial para servidor público com deficiência é o tema de discussão da audiência pública.

CDH Idoso enfermo

11h Idoso enfermo não precisará comparecer a órgãos públicos para obtenção de laudo de saúde, segundo projeto em pauta.

QUARTA

CI Contratação de obras

7h30 Audiência com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, debate contratação de obras rodoviárias e aeroportuárias.

CAS Trabalho doméstico

9h Na pauta da comissão, projeto que permite celebração de contrato de experiência na relação de trabalho doméstica.

CDR Fretamento

9h Projeto que dispõe sobre veículos de transporte rodoviário de passageiros sob fretamento ou com fins turísticos.

CCJ Voto aberto

10h Entre os itens da Comissão de Constituição e Justiça, está a Proposta de Emenda à Constituição do Voto Aberto.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO Debate

14h Audiência na comissão temporária criada para debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil.

SEGURANÇA PÚBLICA Audiência

15h Audiência na comissão temporária criada para analisar projetos em tramitação no Senado sobre segurança pública.

QUINTA

CDH Espionagem na Vale

8h Audiência pública interativa discute espionagem e infiltração da empresa Vale.

CCT Inovação

8h30 Seminário interativo Caminhos para a Inovação, integrante da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

SENADO DO FUTURO Ensino superior

8h30 "Ensino superior: desafios e oportunidades" é o tema debate da audiência interativa na Comissão Senado do Futuro.

CCJ Arbitragem

9h30 Na pauta, projeto que amplia o âmbito de aplicação da arbitragem e dispõe sobre a concessão de tutelas cautelares.

PLENÁRIO Pacto federativo

10h Sessão temática destinada a debater o pacto federativo.

CRE Chanceler

10h O ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, fala à comissão sobre as diretrizes e prioridades do Itamaraty.

CAS Fisioterapeutas

11h Audiência para discutir a inclusão do fisioterapeuta na norma de segurança em medicina do trabalho nas empresas públicas e privadas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Reserva de petróleo será ofertada hoje, sem participação da Petrobras. Para Requião e Randolfe, governo não colocou leilão em debate

Senadores defendem cancelamento do leilão do Campo de Libra

OS SENADORES ROBERTO Requião (PMDB-PR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) criticaram o governo federal por decidir leiloar o campo petrolífero de Libra, localizado na camada pré-sal da Bacia de Santos (SP). O leilão está marcado para hoje.

Para Requião, trata-se de “um dos maiores crimes de lesa-pátria prestes a ser cometido pelas autoridades brasileiras”. Ele disse que não houve debates e que o Exército foi convocado para impedir manifestações contrárias.

— Estão nos sonogando a oportunidade do debate. É um comportamento semelhante ao de Pinochet [ditador chileno] — disse.

Ele pediu que os internautas, por meio das redes sociais, denunciem o “entreguismo” do petróleo brasileiro. Como ressaltou, a Petrobras não participará do leilão, e em troca receberá R\$ 15 bilhões em adiantamentos apenas para compor o superávit primário.



Requião e Randolfe discursam pedindo o cancelamento do leilão de Libra



Requião, Randolfe e Pedro Simon (PMDB-RS) tomaram duas atitudes: deram entrada numa ação popular na Justiça Federal pedindo a suspensão do leilão e apresentaram um projeto de decreto legislativo para impedir o negócio (PDS 203/2013). Segundo Requião, o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eduardo Braga (PMDB-AM), “levou o projeto para casa e não devolveu”, o que, como destacou, impediu os debates sobre a

real necessidade de a Petrobras abrir mão da exploração do campo de petróleo.

— Não nos omitimos. Fizemos o que tínhamos que fazer. Mas o Senado designar três comissões para examinar o projeto e o relator negando contraditório e impossibilitando discussão é uma coisa inusitada que mostra que o Senado está doente.

Randolfe afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU) foi impedido de fiscalizar o edital do leilão e

questionou a “pressa” para concretização do negócio.

— Para que a pressa da exploração? Qual a crise energética que temos? A ditadura da pressa da exploração é para atender aos interesses das multinacionais do petróleo — acusou.

Espionagem

O senador apresentou outro argumento contrário à realização do leilão: a espionagem internacional na Petrobras. Na opinião dele, é uma “temeridade manter o leilão diante da revelação de que o banco de dados do nosso petróleo foi violado pela agência americana NSA”.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que presidia a sessão plenária na sexta-feira, manifestou a impressão sobre o slogan criado na época da fundação da Petrobras:

— Getúlio [Vargas] disse “o petróleo é nosso” quando fundou a empresa. Parece que isso mudou.

CPI da Espionagem ouve especialista em segurança

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem realizará audiência amanhã para ouvir o ex-secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro Marcelo Itagiba e o doutor em Segurança da Informação e presidente da Cloud Security Alliance Brasil, Paulo Sergio Pagliusi. O objetivo da CPI é investigar ações de espionagem dos Estados Unidos no Brasil.

Já foram ouvidos pela CPI a presidente da Petrobras, Graça Foster, que falou sobre as denúncias de que o governo norte-americano teria monitorado informações estratégicas da estatal, e o jornalista Glenn Greenwald, que divulgou as informações sobre espionagem que lhe foram fornecidas por um ex-funcionário da agência nacional de segurança norte-americana. Greenwald afirmou à comissão que os objetivos da espionagem dos EUA são ampliar o poder e obter vantagens econômicas para o governo e as empresas americanas.

Dornelles: Brasil precisa avaliar eficácia dos incentivos fiscais

Os resultados dos incentivos fiscais não são adequadamente avaliados pelo Brasil, afirmou Francisco Dornelles (PP-RJ), ao comentar a informação de que as renúncias tributárias correspondem a um quinto da receita estimada para o próximo ano no projeto de lei orçamentária (PLN 9/2013-CN). Segundo ele, o país precisa fixar metas e depois apurar o que foi alcançado.

Para o próximo ano, o governo estima que a renúncia fiscal chegue a R\$ 249,8 bilhões, equivalente a 20,66% da receita e mais do que a soma de investimentos em saúde (R\$ 100,3 bilhões), educação



Senador diz que país não tem contabilidade de custos nem sistema de metas

(R\$ 92,4 bilhões) e Brasil sem Miséria (R\$ 32,6 bilhões).

Dornelles explica que não se pode confundir o todo da renúncia com a parte que fomenta a competitividade

— A maior renúncia isolada,

de R\$ 62 bilhões, se refere ao Simples Nacional. Trata-se de um regime determinado pela Constituição. A segunda maior renúncia, R\$ 25 bilhões, é da Zona Franca e, novamente, se trata de mandamento

constitucional, ainda que transitório. Só no terceiro caso, da desoneração da folha, é que se trata de opção temporária do governo — afirmou.

O senador lembra que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que sejam estimadas as perdas e previstas as compensações. Independentemente do tamanho dos incentivos, disse, é urgente mudar o sistema tributário brasileiro.

— Isenções não reduzirão a carga tributária, que decorre do gasto e da dívida pública — disse o senador.

Sobre a melhor forma de medir a eficácia da renúncia fiscal, Dornelles explica que

o Brasil ainda não tem uma contabilidade de custos nem um sistema de metas fiscais. Segundo ele, o país precisa, além da reforma tributária, de uma reforma do Orçamento. O senador argumenta que, da mesma forma que falta avaliar a renúncia fiscal, o Brasil ainda precisa fazer uma análise de todas as despesas públicas.

— Não temos uma medida de quais resultados se alcançam com os incentivos, quanto menos comparar com o custo da renúncia. Isso tem menos a ver com lei e mais com práticas, no caso da Receita Federal e talvez também do Tribunal de Contas da União.

Em pauta, fim do teto de financiamento de casa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) votará amanhã o projeto que acaba com o teto de financiamento da casa própria, hoje de R\$ 500 mil (PLS 167/2011). O texto será votado em caráter terminativo.

Recentemente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aumentou o teto para R\$ 750 mil para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal.

O autor do projeto, Lobão Filho (PMDB-MA), argumenta que o teto torna-se uma exigência excessiva se os compradores preencherem requisitos como capacidade de pagamento e

não propriedade de imóvel.

A proposta tem relatório favorável de Walter Pinheiro (PT-BA) na CAE, mas contrário na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Pinheiro considera que os limites de financiamento e de valor do imóvel “já não têm razão de ser”, diante do cumprimento dos demais requisitos.

Segundo ele, ocorreram

mudanças no Sistema Financeiro da Habitação que levaram a um incremento significativo na oferta de recursos, sobretudo para a população de baixa renda. Além disso, destacou que há pessoas com baixo poder aquisitivo e, na outra ponta, bens de elevado valor final.

Contrária ao projeto, a relatora ad hoc na CDR, Lídice da Mata (PSB-BA), destacou que os recursos para financiamentos são subsidiados e prioritariamente destinados à redução do déficit habitacional, que se concentra nos estratos sociais mais pobres, e não na classe média.



Conselho Monetário Nacional aumentou teto para R\$ 750 mil no Distrito Federal



Representante dos cintas-largas alega que o direito de comercializar madeira, frutos e pedras preciosas vai melhorar qualidade de vida

Índios querem o direito de vender produtos da terra

REPRESENTANTES DOS ÍNDIOS cintas-largas reivindicaram em debate da Comissão de Agricultura (CRA), na sexta-feira, o direito de comercializar produtos primários que podem ser extraídos das terras deles, como madeira, frutos, castanhas, minérios e pedras preciosas. Acir Gurgacz (PDT-RO), que solicitou a audiência, informou que deverá encaminhar à Presidência da República uma série de sugestões propondo soluções para os problemas apresentados.

Para o representante da etnia, Marcelo Cinta-Larga, a aprovação de uma lei dando esse direito aos índios, sem precisar entregar os produtos a preços aviltantes a atravessadores, como ocorre atualmente, permitirá melhora do padrão de vida das comunidades. Marcelo cobrou do governo cursos de capacitação que permitam aos índios desenvolver atividades econômicas rentáveis e sustentáveis nas aldeias.

— Nenhum ser humano, seja branco ou índio, consegue trabalhar sem condições — disse. O procurador da República em Rondônia Reginaldo Pereira da Trindade citou o problema gerado pela presença de garimpeiros.

— Isso já provocou mais de uma centena de mortes e tem potencial para levar o povo inteiro à extinção — disse.

Na opinião do procurador, o governo tem deixado a desejar no papel de proteger os povos indígenas porque aplica recursos na repressão ineficaz da mineração, em vez de proteger a tribo. Ele citou a falta de assistência judiciária; o acatamento, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), de requerimentos de exploração de jazidas; e a falta de recursos e de infraestrutura da Funai.

O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, respondeu que não existe intenção de priorizar repressão ao garimpo em detrimento da proteção a índios.

A representante da Funai, Carolina Comandulli, informou sobre a reestruturação ocorrida na entidade em 2009, que segundo ela, levou a uma mudança na atuação do órgão, antes baseada no assistencialismo e agora voltada para a promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas. Carolina explicou que recursos destinados aos índios não se concentram mais na Funai, mas estão distribuídos em diversos órgãos.



Representantes da etnia durante reunião da Comissão de Reforma Agrária

Servidores de Rondônia devem ter adicional de fronteira, diz Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu ao governo para que inclua municípios rondonienses entre os que devem ter servidores com acréscimo salarial por estarem lotados em regiões de fronteira e áreas distantes, em atividades de prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos. Lei sancionada em setembro dá a esses servidores indenização diária de R\$ 91, livre de Imposto de Renda.

Como lembrou o senador, a lei inclui entre os beneficiários policiais federais, policiais rodoviários federais, auditores fiscais, fiscais agropecuários e do trabalho.

O senador também destacou o lançamento do *Anuário Brasileiro da Agricultura Familiar*, editado por Hélio Corrêa e Edson Castro, e parabenizou os médicos pela passagem do dia comemorativo da categoria.

Senado publica hot site dos 25 anos da Carta



Já está no ar o hot site 25 anos da Constituição Cidadã. O material foi produzido pela Secretaria de Comunicação Social do Senado

(Secom), com conteúdos elaborados pela Agência Senado, pela TV Senado, pelo *Jornal do Senado* e pela Rádio Senado.

No site multimídia, o internauta encontra uma galeria com fotografias da época da Assembleia Nacional Constituinte, que funcionou entre 1987 e 1988. Por meio de um infográfico, são apresentados os principais avanços obtidos com a nova Carta em áreas de repercussão social, como o trabalho, a educação, o meio ambiente, o transporte e a saúde. O infográfico também detalha os projetos que atualmente tramitam no Congresso Nacional para regulamentar ou aperfeiçoar os dispositivos constitucionais em cada uma das áreas tratadas.

A história das constituições do Brasil também é contada no hot site. A versão integral do atual texto da Constituição está disponível em vários formatos, e um link de notícias aponta para as mudanças constitucionais que estão em vias de se concretizar no Congresso Nacional. O internauta pode também conhecer o *Jornal da Constituinte*, semanário que circulou no Congresso à



Conteúdo multimídia ajuda o internauta a compreender a história da Constituição

época, além da lista com todos os parlamentares que integraram a Assembleia Nacional Constituinte.

Também estão disponíveis arquivos de vídeo, com documentários que apresentam o processo de elaboração da Constituição e os grandes debates

travados pelos constituintes. Depoimentos dos atuais senadores sobre os 25 anos da Carta também são apresentados em vídeos.

O hot site dos 25 anos da Constituição Cidadã pode ser acessado pelo endereço <http://bit.ly/Constituicao25Anos>.

Cristovam defende greve dos professores e cobra federalização da educação

Em pronunciamento na sexta-feira, Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que o governo federal não assuma para si a responsabilidade pelas paralisações de professores em várias cidades. O senador também defendeu a federalização da educação e criticou a tentativa dos governos estaduais e federal de reduzir o reajuste do piso dos professores previsto para o próximo ano.

Na avaliação do parlamentar, as greves dos professores são resultado também do abandono da educação.

— As greves de professores são uma questão nacional, que diz respeito ao futuro. Eu não vi um pronunciamento da presidente Dilma ou do ministro da Educação sobre isso — disse.



Cristovam critica impassibilidade do governo federal perante greve

Mozarildo quer aprimoramento da gestão da saúde

Investir mais recursos, erradicar a corrupção e aprimorar os processos de gestão em todo o país são medidas necessárias para resolver os problemas da saúde no Brasil. A avaliação é de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ao registrar, em Plenário, o Dia do Médico, celebrado na sexta-feira.

Para o senador, o profissional deve ser valorizado com bom salário e condições para atender os pacientes. Com esse objetivo, defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 34/2011, que cria a carreira de médico do Estado no âmbito do SUS.

— Apesar da massificação do sistema, precisamos resgatar a relação médico-paciente: que seja uma relação duradoura e que haja uma confiança recíproca — ressaltou Mozarildo.



Mozarildo acredita nos efeitos positivos de uma boa gestão da saúde

Gim comemora leis que vão beneficiar empresários e taxistas

Gim (PTB-DF) comemorou, na sexta-feira, a entrada em vigor recentemente de várias leis e o avanço das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Distrito Federal. Entre as leis aprovadas recentemente, está a que reabriu o prazo para os empresários aderirem ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) da Receita Federal. A Lei 12.865/2013, que resultou da Medida Provisória 615/2013, foi publicada no início deste mês.

O senador comemorou ainda a aprovação da transferência hereditária da permissão do serviço de táxi. Contida na Lei 12.865/2013, a norma permite que a família fique com a permissão para a exploração do serviço após o falecimento do motorista.



Gim enumera série de novas leis e investimentos benéficos à sociedade